

# NOTÍCIAS DA DPMG

Boletim informativo da Defensoria-Geral • Ano VII • N. 130 • 21 a 28 de novembro de 2020

# Defensoria Pública de Minas Gerais assina portaria conjunta para aplicação do método Apac no sistema socioeducativo



Foi realizada na sexta-feira (20/11), a assinatura da portaria conjunta sobre a aplicação de elementos da metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) no sistema socioeducativo do estado de Minas Gerais. A iniciativa é fruto da união de esforços do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Governo do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público.

Representada pela subdefensora pública-geral do Estado, Marina Lage Pessoa da Costa, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi uma das instituições que assinou o documento.

A parceria viabiliza a implantação da primeira Apac Juvenil do país, localizada em Frutal, Triângulo Mineiro.

Leia a matéria na íntegra

# Julgada procedente ação de inconstitucionalidade na criação de 'Defensoria Pública Municipal' em Campos Altos

Leis municipais também criaram cargos comissionados de "defensor público municipal"

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de n. 1.0000.19.017222-1/000, proposta em face de dispositivos de leis municipais de Campos Altos (MG), que criaram cinco cargos comissionados de "defensor público municipal" e o órgão "Defensoria Pública Municipal" subordinado ao prefeito.

A medida liminar havia sido deferida em 10 de outubro de 2019, ao fundamento de que a competência para instituição das Defensorias Públicas seria da União e também dos Estados, não havendo tal autorização para os municípios.

A Defensoria Pública-Geral contou com a colaboração da Defensoria Pública de Minas Gerais na comarca de Janaúba, na pessoa do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial. A Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) ingressou no feito como *amicus curiae*.

Acesse aqui o acórdão

# AINDA NESTA EDIÇÃO > Agenda PÁGINA 2 > Ações em destaque PÁGINA 3 > Inspirando novas atitudes PÁGINA 3 > Escola Superior PÁGINA 4 > Procedimentos/Comunicados internos PÁGINA 5

Defensoria Pública participa de assinatura do projeto-piloto 'Juízo 100% Digital' no Tribunal de Justiça de MG

PÁGINA 2

STF reconhece a possibilidade de alteração de etapas de concurso público em razão de crença religiosa

PÁGINA 3



## DPMG participa do lançamento do projeto 'Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra'

A chefe de gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na cerimônia de lançamento do projeto "Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra", realização conjunta da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e do programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O evento aconteceu na terça-feira (24/11), no auditório do Tribunal Pleno.

Por meio do projeto, 40 recuperandas, que cumprem pena no regime fechado na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Belo Horizonte, receberão formação como contadoras de histórias, participando de uma série de 12 oficinas que usará o poder da palavra para a ressocialização. O projeto prevê ainda a edição de um livro com as histórias produzidas ao longo do processo.

O projeto "Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra" se inspirou em iniciativa que formou contadores

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG

de histórias desenvolvida na Apac de Itaúna, no período de 2004 a 2012, dando origem ao grupo Encantadores de Histórias, que reúne recuperandos e ex-recuperandos.

A formação que será oferecida às recuperandas da Apac de Belo Horizonte terá uma carga horária total de 40 horas/aula.

Com informações do TJMG

#### Defensoria Pública de Minas participa de assinatura do projeto-piloto 'Juízo 100% Digital' no TJMG

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo, na cerimônia de assinatura da Portaria Conjunta 1.088/2020, que implanta o projeto-piloto do Juízo 100% Digital, nas unidades judiciárias de Minas Gerais. A solenidade aconteceu na quarta-feira, 25/11.

A iniciativa prevê que todos os atos processuais sejam realizados exclusivamente por meio eletrônico e de maneira remota. As partes devem requerer a tramita-

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



ção de forma virtual e, em caso de consenso, desde a intimação até as audiências devem acontecer por meio digital. A adesão é optativa tanto para partes como para os magistrados.

O presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, informou que o Juízo 100% Digital estará presente, inicialmente, em 214 unidades judiciárias do TJMG, em 110 das 297 comarcas mineiras. Já o corregedor-geral de Justiça, Agostinho Gomes de Azevedo, esclareceu que a adoção do Juízo 100% Digital não implica alteração de competência das unidades judiciárias. O objetivo é dar celeridade e eficiência à prestação jurisdicional.

O magistrado explicou que o programa, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em outubro, é optativo, mas permite que a parte demandante, no momento da distribuição da ação, opte pelo processo totalmente virtual, que poderá tramitar ao lado de autos também de forma física. Quem optar por essa modalidade, deverá prestar atendimento remoto durante o horário de expediente forense por meio de telefone, e-mail, videochamadas, aplicativos digitais ou outros meios de comunicação. Mas, para que isso ocorra, é necessária a concordância de todas as partes.

## AÇÕES EM DESTAQUE

# Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade de alteração de etapas de concurso público em razão de crença religiosa

Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal nos Tribunais Superiores (GAETS) atuou como amicus curiae

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na sessão da quinta-feira (26/11), que é possível a alteração de datas e horários de etapas de concurso público para candidato que invoca a impossibilidade do comparecimento por motivos religiosos. O colegiado reconheceu ainda a possibilidade de a administração pública, durante o estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o exercício dos deveres funcionais ao servidor público em avaliação.

A Corte julgou duas ações sobre adventistas – RE 611874 e ARE 1099099 – que consideram o sábado um dia sagrado e devem se abster de trabalhar e realizar outras atividades neste dia da semana.

O Tribunal, por maioria, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 611874, em que a União questionava decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que entendeu que um candidato adventista poderia realizar a avaliação física em data, horário e local diverso do estabelecido no calendário do concurso público, desde que não houvesse mudança no cronograma do certame, nem prejuízo à atividade administrativa.

Também por decisão majoritária, a Corte proveu o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1099099, interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) em mandado de segurança impetrado por uma professora adventista reprovada no estágio probatório por não trabalhar entre o pôr do sol de sextafeira e o de sábado.

O Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal nos Tribunais Su-



Defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira, de Minas Gerais, fez a sustentação oral

periores (GAETS) ingressou como *amicus curiae* no RE 611874 e defendeu o direito fundamental à liberdade religiosa. Representantes das Defensorias Públicas de Minas Gerais (DPMG) e de São Paulo (DPSP) fizeram a sustentação oral pelo GAETS.

Em sua manifestação, a coordenadora do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores, defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira (foto), ressaltou que se trata "de verdadeira escusa de consciência expressamente prevista nos artigos 5º, VIII, e 143, § 1º, da Constituição, que visa dar concretude à liberdade religiosa, retirando esse direito da esfera meramente especulativa, para efetivá-lo na prática da realização dos concursos públicos".

Fonte: Ascom/DPMG, com informações do STF

Leia a matéria na íntegra

#### **INSPIRANDO NOVAS ATITUDES**

#### Defensora pública aborda comunicação não-violenta em live

No dia 28 (sábado), a defensora pública Francis de Oliveira Coutinho, que coordena o Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) "Paz em Ação", desenvolvido pela DPMG em parceria da Secretaria de Estado de Educação de Mi-

nas Gerais (SEE/MG), palestrou sobre comunicação não-violenta. A iniciativa foi promovida pelo "Mães pela Liberdade", coletivo formado em sua maioria por mães e famílias LGBTQIA+, e transmitida pelo Google Meet.



## Esdep promove 2º módulo do curso virtual sobre Tribunal do Júri

Na sexta-feira (27/11), a Esdep promoveu o segundo módulo do Curso Prático "Tribunal do Júri – Os desafios colocados pela atualidade". O conteúdo é voltado para defensores públicos e estagiários de Direito.

Neste módulo, os defensores públicos Adhemar Della Torre, Luisa Pacheco de Melo Souza, Pollyana Oliveira Melo e Richarles Rios abordaram feminicídio, clemência, instrução em plenário e silêncio do réu.



#### **ESDEP INFORMA**

#### I Congresso Científico em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Estão abertas, até o dia 6 de dezembro, as inscrições para o I Congresso Científico em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), que vai trazer debates sobre direitos humanos, com participação de instituições que trabalham com a temática, acadêmicos e sociedade civil, através de atividades acadêmicas. O evento acontecerá de 7 a 11 de dezembro, com a carga horária de 34 horas, e será realizada pela plataforma Meet e transmitida pelo canal da DPE-TO no Youtube.

A realização é da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) em parceria com o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Universidade Federal do Tocantins e Escola da Magistratura Tocantinense.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS Produção e diagramação: Ascom/DPMG









#### PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL



CORREGEDORIA-GERAL

## Memorando da CG relembra cuidados para a prevenção do coronavírus

O corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira, expediu, no dia 25 de novembro, memorando para relembrar aos defensores públicos e servidores a "estrita necessidade de observância de todas as medidas de prevenção ao contágio" do coronavírus (Covid-19) estabelecidas na Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 12/2020.

Com o visível relaxamento de alguns cuidados no âmbito institucional diante do aumento expressivo da retomada do número de contaminações no país, o corregedor-geral evoca especialmente, em seu comunicado, o uso permanente de máscaras de proteção em todos os ambientes da Instituição e o distanciamento físico seguro, além do abastecimento rotineiro dos *dispensers* de álcool em gel ou similares.

Veja aqui Memorando Circular 003/2020/CG/DPMG Aqui, a Resolução Conjunta DPG/CGDPMG № 12/2020

#### **ESCOLA SUPERIOR**

## Contemplados no sorteio para workshop sobre lei de proteção de dados

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) informa os contemplados no sorteio de 20 vagas para participação no "Workshop 3 – sobre Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD", ocorrido no dia 25 de novembro.

O whorkshop acontecerá no dia 4 de dezembro, das 14h30 às 16h30 horas, pela plataforma Microsoft Teams.

- Defensoras e defensores públicos sorteados: 1- Fernanda de Sousa Saraiva; 2- Delma Gomes Messias; 3- Adail Martins; 4- Sergio Augusto Riani do Carmo; 5- Karina Roscoe Zanetti; 6- Vanderlei Capanema; 7- Gilvan de Oliveira Machado; 8- Luciana Murta Duarte; 9- Ana Lúcia Gouvea Leite; 10- Rachel Aparecida de Aguiar Passos; 11- Luciana Vieira; 12- Edileuza Fernandes Moraes; 13- Giovani Batista Manzo; 14- Thiago Coutinho Yamane; e 15- Dacilene da Consolação Neves Pereira. Suplentes: 1- Ana Paula Coutinho Canela e Souza; 2- Jeanne Pereira Barbosa; 3- Márcio Salgado Almeida; 4- Cesar Malta Marangoni; e 5- Alfredo Emanuel Farias de Oliveira.
- Servidores sorteados: 1- Diogo Alexandre Vargas; 2-Lorena Quirino Alves Ferreira Lopes; 3- Simone Silva Santiago; 4- Adriana Fernandes Sebastião; e 5- Carla Gessiane Mendes Moraes. Suplentes: 1- Regina Angélica Nunes Almas Cabral Miranda; 2- Aparecida Márcia Faria Gonçalves; 3- Luís Otávio Araújo Furtado; 4- Lucas Souza de Araújo; e 5- Juliana Flávia de Araújo Silva.

### Novo treinamento sobre as funcionalidades do pacote Office 365

A Escola Superior da DPMG promoveu, em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), no dia 27 de novembro, mais um treinamento sobre funcionalidades do pacote Office 365. O conteúdo incluiu Teams, Onedrive for Business, Planner e To-Do, além do Outlook.

O treinamento foi destinado a defensores públicos, servidores, terceirizados da MGS e estagiários. As orientações foram gravadas e serão disponibilizadas na aba de vídeos da Esdep.

#### SGPSO INFORMA

## Criação de e-mail para informações sobre contratos de prestação de serviços

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) informa a criação do e-mail terceirizados.sgpso@defensoria.mg.def.br

Todas as informações relacionadas aos funcionários da MGS, à segurança armada (Segex ou Essencial) e aos Adolescentes Trabalhadores (Assprom) devem ser encaminhados exclusivamente esse e-mail.

#### Atualização de telefones e endereços

<u>Listagem de telefones/ramais da Capital</u>
Unidades do interior